

Cidadãos convidados a apresentar recurso

N. $\frac{4}{8}$
83

— Ministro Armando Guebuza aos ex-improdutivos

por A. Naroromele (texto) e A. Miliço (foto)

O membro do Bureau Politico e Ministro do Interior, Tenente-General Armando Guebuza, convidou os cidadãos, evacuados das cidades, a pedirem recurso, caso julguem que não foi justa a sua condução coerciva para as zonas produtivas das Províncias do Niassa e de Cabo Delgado, no quadro do desenvolvimento da 2.ª fase da «Operação Produção». Aquele responsável do Comando Central Operativo assegurou que, depois de uma análise de cada caso, todos os interessados terão direito a uma resposta.

Armando Guebuza, que chefiou recentemente naquelas províncias, uma delegação de alto nível do Comando Central Operativo, integrando o Ministro da Segurança, Mariano Matsinhe, e o Inspector do Estado Raimundo Pachinuapa, formulou o convite de pedido de recurso durante reuniões com ex-improdutivos, nas quais foram levantadas diversas questões aparentemente ainda por esclarecer.

Embora estritamente isolados, os casos mais relevantes são, segundo alguns cidadãos, a falta de julgamento, a evacuação coerciva de indivíduos, que se inscreveram voluntariamente na 1.ª fase da «Operação Produção» e a condenação de outros que, apesar de não serem desempregados, foram evacuados por não possuírem Cartão de Trabalho, porque as suas empresas demoraram com a regularização da situação.

De notar que estes casos carecem de provas até à conclusão de diligências junto das estruturas e tribunais dos Postos de Verificação dos Bairros de origem; bem como das respectivas empresas.

TODOS TÊM DIREITO A UMA RESPOSTA

Segundo o Tenente-General Armando Guebuza, aquele que tem problemas deve comunicar, por escrito, ao centro produtivo onde foi enquadrado, após a evacuação, o qual foi instruído

no sentido de canalizar todas as exposições ao Comando Operativo de escalação imediato que, por sua vez, remeterá os vários casos a instâncias superiores da «Operação Produção».

— Todos têm direito a uma resposta — assegurou o Ministro do Interior que, além de ter ouvido atentamente as preocupações que se lhe apresentaram, tomou igualmente nota de nomes dos interessados bairros, quarteirões, locais de trabalho, e outros dados necessários a um posterior processo de esclarecimento.

Outros casos, porém, foram imediatamente esclarecidos pelos diversos membros da delegação do Comando Central Operativo que, para tal, recordaram aos cidadãos as directivas ministeriais que orientam o processo da «Operação Produção» e que foram amplamente divulgados pelos órgãos de Informação nacional e estruturas de base.

Deste modo, deixou de ter sentido, por exemplo, a dúvida de alguns ex-improdutivos, que desejaram saber se, depois de determinado tempo no campo, poderiam voltar aos centros urbanos de origem, de onde foram evacuados coercivamente por serem desempregados.

— O que é que vocês vão fazer nas cidades, se voltarem? — perguntou Armando Guebuza a ex-improdutivos, já enquadrados nas províncias do Niassa e de Cabo Delgado. E acrescentou:

— A vossa terra é Moçambique, do Rovuma ao Maputo. Construam aqui as vossas casas e digam-nos que é para vos enviar familiares que desejarem acompanhar-vos.

Outros cidadãos disseram que desejavam voltar às cidades, porque têm planos de lá poderem abrir cantinas, sapatarias, bares, relojarias e outros estabelecimentos de comércio. Alguns declararam que não conseguem ver no campo a possibilidade de trabalharem de acordo com as suas especialidades profissionais.

— Quem pode abrir uma cantina em Maputo, pode fazê-lo aqui também — informou o Tenente-General Armando Guebuza, acrescentando que, para o caso de especialidades, os centros de recepção estão a enquadrar os improdutivos de acordo com as suas profissões, devendo ser considerada a diferença de salários e todos os outros aspectos inerentes a essa profissão.

OUTROS CASOS ATÉ MERECEM MAIS

Em Cabo Delgado, durante a reunião de balanço de cerca de uma semana de trabalho da delegação do CCO, o Tenente-General Armando Guebuza, criticou o facto de alguns casos terem sido tratados de uma maneira tipicamente policial.

Esta foi, segundo ele, a razão pela qual vários indivíduos que, de acordo com as suas próprias declarações, são candongueiros ou prostitutas comprovados, encontram-se enquadrados em centros produtivos, quando deviam ser enviados para os centros de reeducação.

— Deve haver maior coordenação no nível das estruturas envolvidas na «Operação Produção» — recomendou o Ministro do Interior.